

PANORAMA ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

Allana Cristina Ribeiro da SILVA¹
Gisele Dayane MILANI²
Juliene Aglio de OIVEIRA³

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explicar uma pesquisa realizada com o tema Indicadores Sociais, especificamente sua utilização com a finalidade analisar alguns dos indicadores sociais do município de Presidente Prudente. O objeto da pesquisa consiste na leitura e interpretação de indicadores socioeconômicos. Contemporaneamente o tema Indicadores Sociais figura como recurso metodológico que traz informações sobre aspectos da realidade social, assim como as mudanças que vão se processando. Para tanto, foi apresentado o conceito e utilização dos indicadores sociais, construída uma breve contextualização histórica abrangendo o surgimento do município e utilizado mapas, tabelas e gráficos que propiciaram um diagnóstico do município no que tange a evolução populacional, Índice de Desenvolvimento Humano, saúde, educação, benefícios sociais, vulnerabilidade social, qualidade de vida, dentro outros. A metodologia utilizada contemplou pesquisas bibliográfica e eletrônica.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Trabalho e renda. Políticas de Saúde, Educação e Assistência Social. Município de Presidente Prudente.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas na disciplina de Gestão Social IV com o uso de dados estatísticos e tem por objetivo explicar uma pesquisa realizada com o tema Indicadores Sociais do Município de Presidente

¹ Discente do 8º termo do curso de Serviço Social Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Estagiária de Serviço Social da AFIPP- Associação de Apoio ao Fissurado Lábio Palatal de Presidente Prudente e Região. Pesquisadora Voluntária do grupo de Iniciação Científica das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: allanaribeiro512@yahoo.com.br

² Discente do 8º termo do curso de Serviço Social Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: giselemilani@hotmail.com. Estagiária de Serviço Social do Projeto Mérito Acadêmico do Núcleo de Estágio e Emprego das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente.

³ Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Doutoranda pela PUC/SP. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: juliene_aglio@unitoledo.br. Orientadora do Trabalho.

Prudente. O objeto da pesquisa consiste na leitura e interpretação de indicadores socioeconômicos.

Contemporaneamente o tema Indicadores Sociais figura como recurso metodológico que traz informações sobre certos aspectos da realidade socioeconômica, assim como as mudanças que vão se processando. Nessa abordagem, este trabalho teve por finalidade analisar as condições de vida da população no município de Presidente Prudente com base em indicadores sociais.

Apresentamos a evolução histórica município e algumas características. Em seguida iniciou-se a apresentação de mapas da cidade a fim de proporcionar uma visão ampliada sobre o território, de tabelas e gráficos com dados quantitativos retirados de sites de pesquisa e foram realizadas análises sobre esses indicadores sociais.

Foram realizadas análises estatísticas corresponde a evolução populacional, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Produto Interno Bruto – PIB, trabalho populacional, situação educacional e evasão escolar, renda Per Capita, Gini e Pobreza, indicadores de Saúde e beneficiários de Programas da Assistência Social e os níveis de vulnerabilidade social. Tudo isso possibilitou uma visão ampliada sobre os indicadores sociais no município de Presidente Prudente.

A metodologia de pesquisa contemplou a pesquisa bibliográfica com a utilização de Januzzi (2012) a fim de subsidiar o entendimento sobre indicadores sociais. Os indicadores sociais aqui expostos foram retirados dos seguintes sites: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Índice Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Departamento de Informática do SUS – DATASUS, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Secretaria de Desenvolvimento Social.

2 DEFINIÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

O crescente interesse por indicadores sociais é decorrente de vários fatores, tais como a descentralização tributária, a implementação das políticas públicas, a institucionalização do Planejamento urbano em 1988, o plano plurianual

em 1990, o Estatuto da Cidade em 2001, o controle nos recursos públicos destinados a políticas públicas e a pressão popular pela efetividade do gasto público.

Os Indicadores sociais podem ser definidos como um recurso metodológico utilizado para retratar determinada realidade social de forma objetiva e padronizada. Subsidiem atividades de planejamento público assim como na formulação de políticas públicas.

Entende-se que os indicadores sociais são estatísticos, retratam o nível de desenvolvimento social. Através deles é possível realizar uma leitura sobre determinada realidade social e possibilita o monitoramento de pessoas, serviços. É imprescindível que os indicadores apresentem informações confiáveis e precisas.

Para JANNUZZI (2012, p.21),

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

É possível afirmar que os indicadores são avaliações quantitativas sobre uma determinada realidade social. Utilizado no meio acadêmico para pesquisar e de suma importância para formulações de políticas sociais. E ainda, o conjunto integrado de indicadores sociais permite avaliar a qualidade de vida e bem-estar dos grupos sociais, famílias e indivíduos, bem como a efetivação de direitos.

Os indicadores sociais podem ser classificados como descritivos e normativos, conforme Jannuzzi (2003, p.21). Segundo o autor, os indicadores descritivos “[...] apenas “descrevem” características e aspectos da realidade empírica [...]”, como por exemplo a taxa de mortalidade infantil e de evasão escolar. E os indicadores normativos “[...] ao contrário, refletem explicitamente juízos de valor ou critérios normativos com respeito à dimensão social estudada [...]”, como o desemprego e a pobreza, por exemplo.

Os indicadores sociais devem ser de confiabilidade, válidos e relevantes, de modo a abranger diferentes temáticas da realidade social. Afinal, para a construção do diagnóstico social, precisam obter um retrato detalhado e minucioso

acerca da situação social vivenciada pelos indivíduos e famílias, para, posteriormente, implementar estratégias de ações e intervenções que

O indicador social é caracterizado por tudo aquilo que se podemos operacionalizar, quantificar e substituir, sendo recomendado para pesquisas acadêmicas e para formulação, implementação e fomentação das políticas sociais, pois é um método que busca cientificar ou, até mesmo, informar sobre determinados aspectos relevantes da realidade social e suas transformações que estão em movimento constante. Assim, o indicador social é um instrumento de avaliação da realidade social em movimento, podendo apresentar dados específicos de uma determinada população ou, então, a totalidade da mesma.

No que se refere à formulação das políticas públicas no Brasil, o indicador social se faz um instrumento de grande relevância, no que tange à efetivação das mesmas, pois pode subsidiar que essas políticas sejam propriamente bem estruturadas.

No processo de formulação e implementação das políticas sociais, é necessário que os indicadores sociais sejam devidamente específicos para cada demanda, pois irão subsidiar as atividades e os níveis de vida e bem-estar da população específica e, se necessário, de toda a população.

3 MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE: ASPECTOS HISTÓRICOS

O desenvolvimento do município de Presidente Prudente foi orientado pela ferrovia, principal via de circulação de pessoas e mercadorias na época. A escolha deste local está ligada ao desenho da Estrada de Ferro Sorocabana. A cultura cafeeira foi a responsável em promover a ocupação da região e foi a atividade econômica mais importante.

Segundo dados do IBGE (2010, s.p), o Cel. Francisco de Paula Goulart era proprietário de um vasto latifúndio e em 1917 instalou a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. Com a inauguração do tráfego de trens em 1919, o povoamento foi aumentando. O Cel. José Soares Marcondes era dono de uma empresa para a venda de terra e de um lado da linha férrea foi traçada a Vila Marcondes para servir como centro de abastecimento, com médicos, escola, hospital, etc.

Informações do IBGE evidenciam que a história do município perpassa pela derrubada de mata virgem na cidade, prolongamento das linhas da rodovia, loteamento e planejamento da cidade com o traçado de ruas, avenidas e praças. As terras virgens e férteis do local atraíram mineiros, nortistas, imigrantes espanhóis, italianos, portugueses e japoneses. O Município foi criado pela Lei estadual n.º 1.798, de 28 de novembro de 1921 com o nome de Presidente Prudente em homenagem a Prudente de Moraes.

A expansão territorial se deu pela falta de planejamento. A ferrovia favoreceu a expansão territorial, primeiramente, para o oeste. Na Economia da década de 30 o café foi sendo substituído pela produção de algodão. O que propiciou a instalação de empresas na cidade. Outros produtos também começaram a ser plantados na região, propiciando a diversificação da produção e beneficiando os estabelecimentos comerciais.

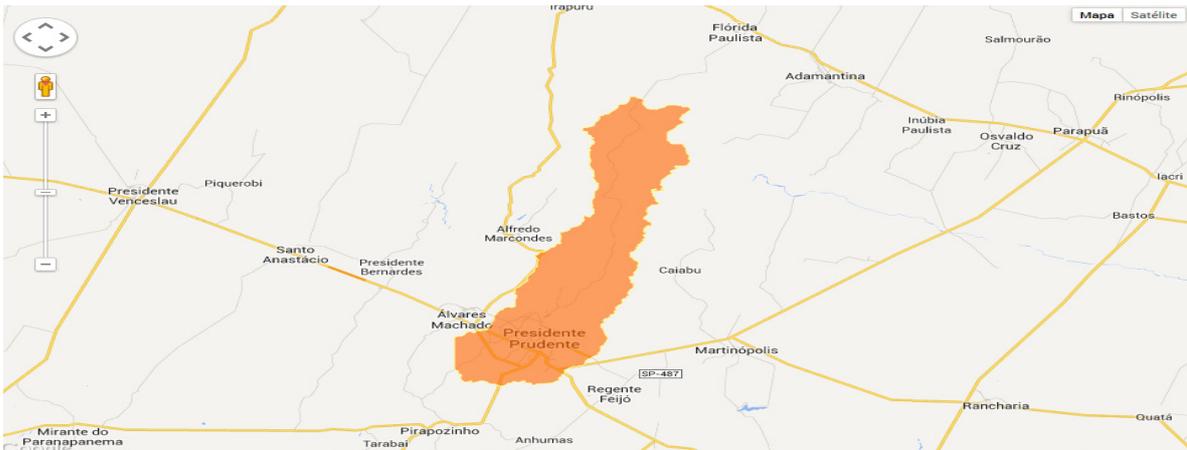
O fornecimento de energia iniciou-se em 1924. O setor comercial foi se desenvolvendo e o setor de serviços também se ampliou e diversificou. Cresceram também os serviços religiosos, escolares e de comunicação. No processo de expansão territorial, o município absorveu o espaço rural, contudo atualmente ainda existem áreas de pastagens. Possui cinco distritos: Presidente Prudente (sede), Eneida, Montalvão, Ameliópolis e Floresta do Sul.

Trata-se de um município de Grande Porte e quem aqui nasce é chamado de Prudentino. Atualmente, a população Prudentina é estimada em 207.610. O aniversário da cidade é dia 14 de Setembro. O Santo Padroeiro é São Sebastião. O prefeito é o Milton Carlos de Mello do PTB e o presidente da câmara é o Valmir da Silva Pinto.

4 ANÁLISE ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

O município de Presidente Prudente possui 207.610 habitantes, conforme o censo de 2010 do IBGE. O mapa abaixo demonstra uma visão panorâmica da região:

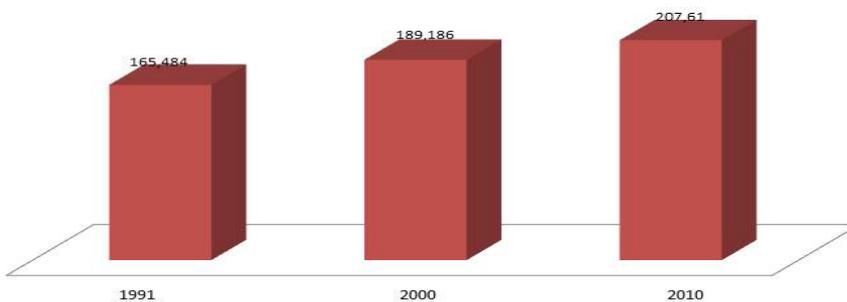
MAPA 1: Localização Geográfica Do Município



Fonte: IBGE 2010

De acordo com o IBGE, o município de Presidente Prudente possui uma área territorial de 562,794 Km² e densidade demográfica de 368,89 hab/km². A População Prudentina está estimada pelo censo de 2010 com 207,610 habitantes. No gráfico abaixo é possível notar o crescimento populacional.

GRÁFICO1: Evolução Populacional
Evolução Populacional

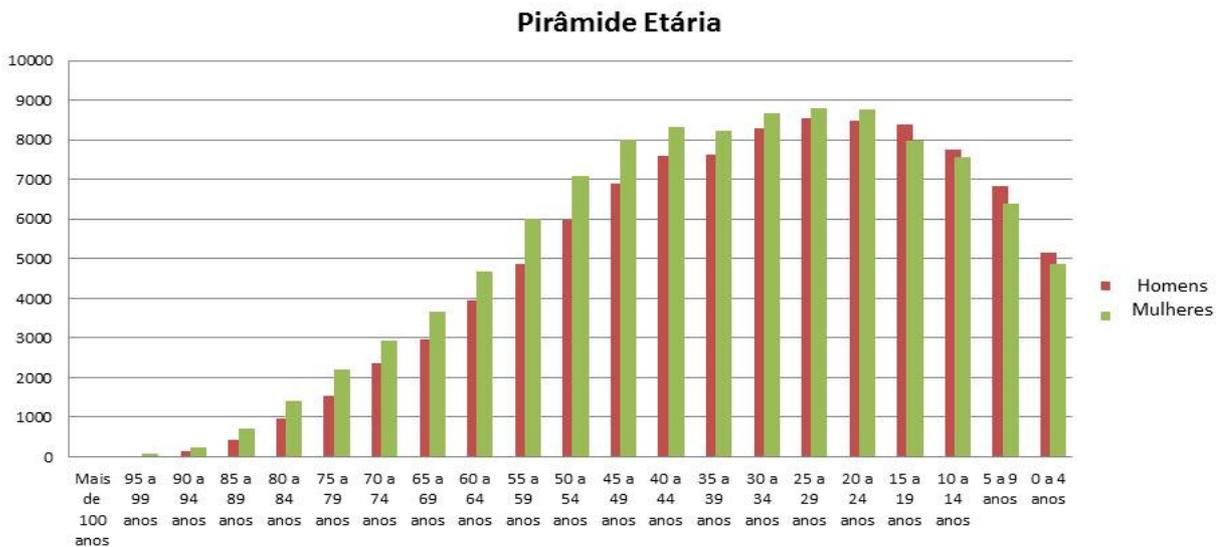


Fonte: IBGE 2010. Gráfico elaborado pelas autoras.

Os dados acima demonstram um relevante aumento populacional desde a década de 90. No entanto, o aumento populacional do censo de 1991 até 2000 demonstra um crescimento populacional maior se comparado de 2000 até 2010, decorrente da diminuição da taxa de natalidade que será exposto.

No gráfico a seguir demonstraremos a pirâmide etária da população separada por sexo.

GRÁFICO 2: Pirâmide Etária



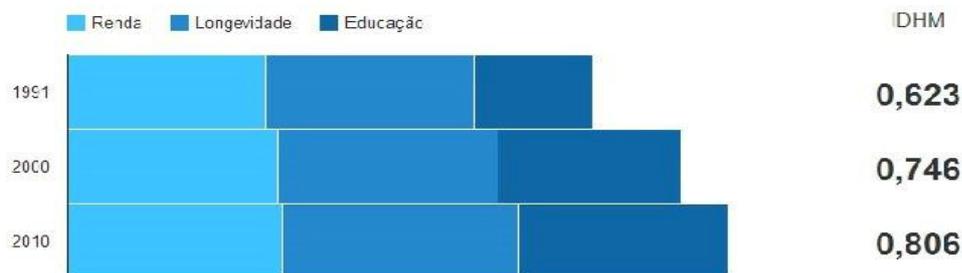
Fonte: Dados do IBGE 2010. Gráfico elaborado pelas autoras.

De acordo com o gráfico acima podemos constatar que no município a maior parte da população está centrada nas idades entre 15 e 49 anos, ou seja, a cidade tem um perfil populacional de jovens e adultos. É possível identificar também a preponderância do sexo masculino apenas dos 0 aos 19 anos, o que demonstra que a maior parte da população é do sexo feminino. Essa informação é relevante principalmente para os serviços que atendem o público feminino, como por exemplo os programas de Saúde mulher.

Com análise sobre essa faixa etária, é possível fazer uma prospecção de futuro, em que teremos uma cidade com a maior parte da população idosa, pois a taxa de natalidade também diminuiu conforme demonstra o gráfico acima. Esses indicadores são importantes para o planejamento e gestão das políticas públicas municipais para o atendimento desse público, que vão demandar serviços de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, dentre outros.

GRÁFICO 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

IDHM



Fonte: Atlas Brasil 2013

De acordo com PNUD (2013, s.p) o conceito de desenvolvimento humano considera que para estimar a qualidade de vida de determinada população é necessário ir além do viés econômico e considerar as características culturais, sociais e políticas que repercutem na qualidade de vida.

Conforme gráfico acima, o IDHM demonstra que de 1991 a 2010 houve um crescimento considerável, principalmente devido a alta da taxa de crescimento da Educação. Já de 2000 a 2010 o avanço é perceptível o aumento da Longevidade e da Renda. Percebe-se que nas últimas décadas o IDHM vem aumento, o que corresponde a 29,37%, no entanto ainda fica abaixo do índice de crescimento nacional 47,46% e Estadual 35,47%. Com esse índice, a cidade ocupa o 13º lugar no ranking de IDHM.

TABELA 1: Habitação e Infraestrutura Urbana

Descrição	%
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento	99,44
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento	99,01
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento	97,96

Fonte: SEADE 2011. Tabela elaborada pelas autoras.

As informações da tabela são correspondentes ao ano de 2011 e demonstram quase a cobertura total de coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário no município. O que contribuiu para os índices de saúde e qualidade de vida no município.

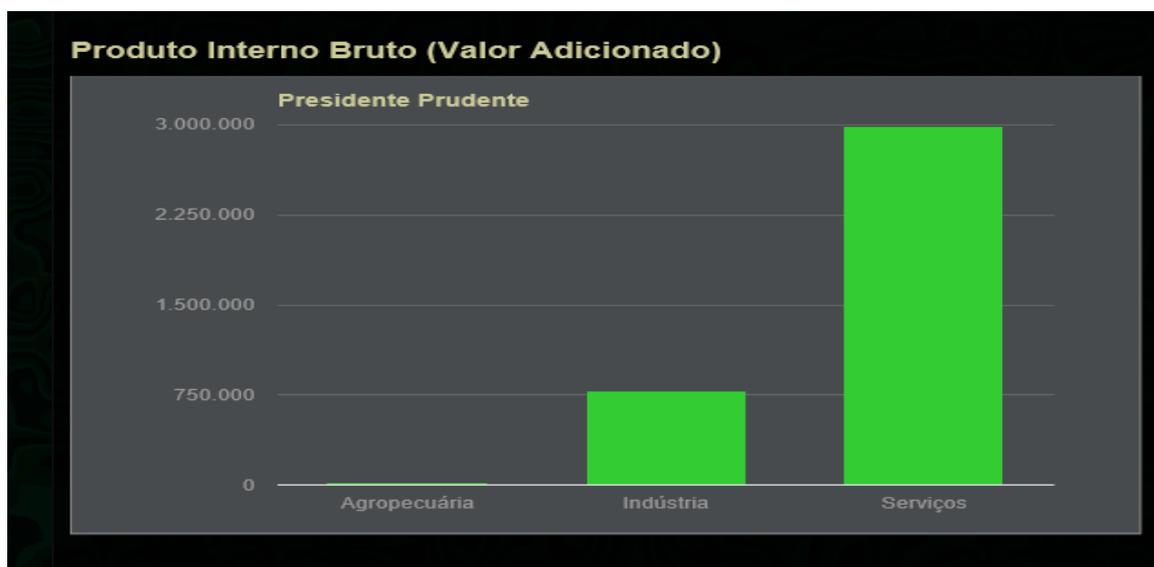
Vale ressaltar, que o município está se investindo em muitas moradias populares através do programa Minha Casa Minha Vida, onde as residências serão

entregues com energia elétrica, abastecimento de água e esgoto sanitário contribuindo para a manutenção do índice da tabela acima.

4.1 ECONOMIA

O desenvolvimento econômico no município é coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEPP. Trata-se de um órgão responsável em fiscalizar, coordenar, orientar e exercer a direção geral dos órgãos subordinados. O IBEGE traz um dado relevante em relação a economia do município, isto é, PIB, como demonstrara o gráfico a seguir.

GRÁFICO 4: Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE 2010.

O PIB é um indicador muito importante para demonstrar a atividade econômica de um determinado Município, Estado ou País. Os indicadores acima indicam que em Presidente Prudente a Agropecuária corresponde a 22.345 mil reais; a Indústria 780.817 mil reais e os Serviços 2.980.390 mil reais. Foi possível notar que a atividade predominante da região é o setor de prestação de serviços. A cidade presta serviços na área da saúde, comércio, entre outros, que geram empregos diretos e indiretos. Segundo o levantamento da Fundação Seade (2012,

s.p), comparando o primeiro trimestre de 2012 com o PIB do mesmo período de 2013 houve uma alta de 1,0%. O que demonstra que o PIB tem um crescimento contínuo nesse município.

4.2 Trabalho Populacional

Nos gráficos a seguir foram expostos indicadores relacionados ao trabalho da população do município, conforme tabelas a seguir:

TABELA 2: Alguns Dados Em Porcentagem

Local	% de empregados com carteira assinada – 18 anos ou mais	% de empregados sem carteira assinada – 18 anos ou mais	% de trabalhadores do setor público – 18 anos ou mais	% de trabalhadores por conta própria – 18 anos ou mais
Brasil	46.47	19.33	5.61	21.73
Presidente Prudente	55.68	13.55	6.16	19.31

Fonte: Dados do Atlas Brasil 2013. Tabela elaborada pelas autoras.

Pelos dados acima é possível notar que a porcentagem de trabalhadores assalariados no município é maior que a média nacional. A porcentagem em relação aos empregados sem carteira assinada demonstra um número bem expressivo, corresponde a 19,33%, podendo ser pessoas trabalhando em estabelecimentos não regularizados, locais que “burlam” a lei ou na zona rural. E ainda, podem estar vivenciando situações como a carga horária excessiva,

precariedade no trabalho e estão isentos dos direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, previdência social, entre outros.

Outro dado que chama a atenção é o número de trabalhadores que trabalham por conta própria, representando 19,31%. O que vem de encontro com as características do território, ou seja, uma cidade prestadora de serviços. E percebeu-se ainda o baixo índice de funcionários públicos, apenas 6,16%, sendo que esse baixo número pode estar associado a contratação de serviços terceirizados para atuar na área pública.

TABELA 3: Porcentagem De Ocupados De acordo Com A Escolaridade

Local	% dos ocupados com fundamental completo – 18 anos ou mais	% dos ocupados com médio completo – 18 anos ou mais	% dos ocupados com superior completo – 18 anos ou mais
Brasil	62.29	44.91	13.19
Presidente Prudente	75,26	58,22	21,12

Fonte: Dados do Atlas Brasil 2013 e tabela elaborada pelas autoras.

Os dados acima são relevantes para a análise do perfil de escolaridade dos trabalhadores Prudentinos. Foi possível notar que a maioria dos trabalhadores possui apenas ensino fundamental completo, o que corresponde a 75,26%. Em termos gerais, é possível afirmar que trabalhadores com nível baixo de escolaridade não são bem remunerados, o que contribui para a média da renda per capita municipal, também exposta nesse trabalho.

Trabalhadores com nível médio de formação correspondem a 58,22%. O que demonstra que muitas pessoas ao concluírem o ensino regular vão em busca de trabalho, a fim de satisfazer suas necessidades e não se inserem no ensino superior, o que pode estar ligado a falta de acesso, seja pela falta de acesso a universidade pública e pela questão da renda no caso da universidade privada.

4.3 Situação Educacional

Considerando os dados analisados até o momento, faz-se necessário vincular a análise da situação educacional de Presidente Prudente. Segue abaixo uma tabela sobre a taxa de analfabetismo do município.

TABELA 4: Taxa De Analfabetismo

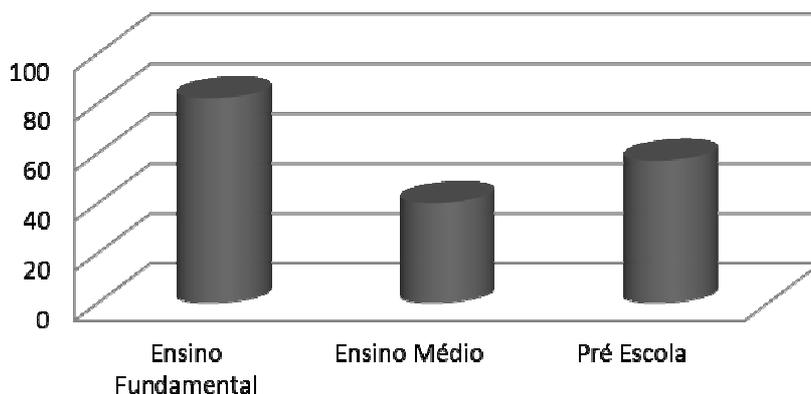
Idade:	15 a 24	25 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais
Total:	0,7	1,8	7,8	17,6	29,0

Fonte: DATASUS 2010. Tabela elaborada pelas autoras.

Nessa tabela, podemos notar que o maior índice de analfabetismo corresponde às idades de 80 anos ou mais. Essa informação remete a uma pesquisa anterior, de saber como era o acesso à educação a anos atrás, quando essa população estava em idade escolar. E ainda, remete-nos a pensar se o município oferta cursos de alfabetização para a terceira idade, preferencialmente estrategicamente localizados nos bairros, a fim de garantir o fácil acesso e não dependerem da ajuda de alguém para locomoção. Se somarmos a taxa de analfabetismo da idade citada com as idades entre 70 e 79, teremos uma taxa de analfabetismo no valor de 46,6 ou seja, um número expressivo o que remete à importância do desenvolvimento de ações pela Política de Educação do município.

Um dado importante para análise é a taxa de analfabetismo que atinge 0,7% no que tange à população de 15 anos ou mais. Esse dado, mesmo baixo, chama a atenção. De acordo com Ifronteira (2012, s.p), uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular – GEPEP da Unesp da cidade pesquisou os territórios em que predominam a taxa de analfabetos na cidade, sendo eles: Brasil Novo, Morada do Sol, Jardim Humberto Salvador e Vila Líder. Trata-se de áreas periféricas e baixa infraestrutura, comparada com outras áreas da cidade.

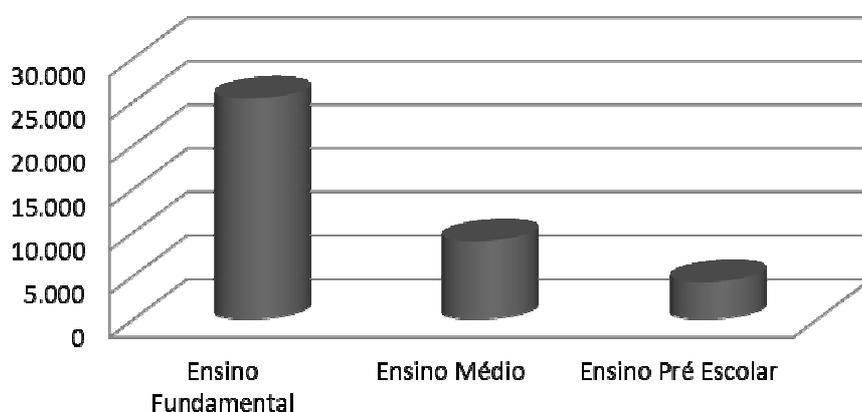
GRÁFICO 5: Escolas



Fonte: IBGE, 2012. Gráfico elaborado pelas autoras.

No que tange ao número de escolas nos deparamos em Presidente Prudente com 57 escolas de nível pré-escolar, 82 escolas de nível fundamental e, 40 escolas com nível Médio. É perceptível o grande número de escolas de ensino fundamental no município. É interessante salientar que o estado vem investindo mais no ensino fundamental com projetos socioeducativos como forma de educação, o que pode ser visualizado com o projeto Segundo Tempo. Esse projeto também vem de encontro com a necessidade dos pais, pois aumenta o período escolar e desenvolve atividades culturais e esportivas enquanto os pais estão trabalhando.

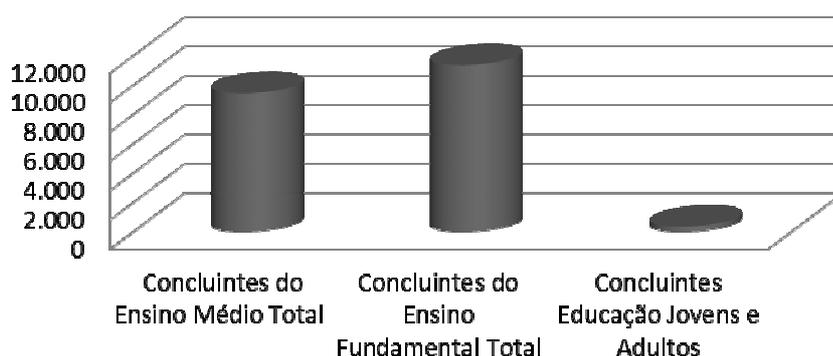
GRÁFICO 6: Matrículas



Fonte: IBGE, 2012. Gráfico elaborado pelas autoras.

Segundo dados do IBGE (2010) o número de matrículas do ensino Fundamental foram de 25.338 crianças e/ou adolescentes, no Ensino Médio foram de 8.974 matriculados, e no ensino pré-escolar foram de 4.295 inscritos. O baixo número de matrículas no ensino pré-escolar está relacionada a taxa de natalidade, que também será exposta. O próximo gráfico apresenta o número de concluintes.

GRÁFICO 7: Concluintes

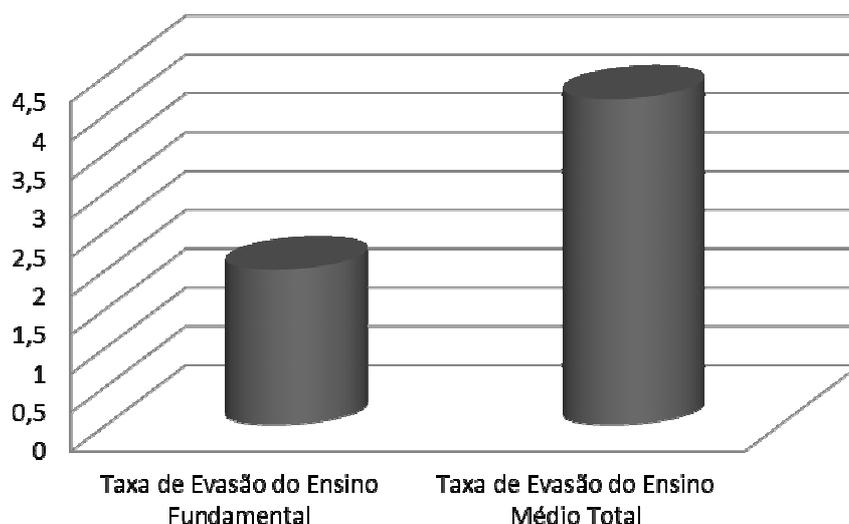


Fonte: SEADE, 2012. Gráfico elaborado pelas autoras.

Os concluintes do Ensino Médio representam 9.438 sujeitos e os concluintes do ensino Fundamental representam 11.361 indivíduos. Vale ressaltar também o número de concluintes da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que representam 349 indivíduos.

A seguir apresentaremos informações sobre a Taxa de Analfabetismo no município com dados do ano de 2010.

GRÁFICO 8: Evasão Escolar



Fonte: SEADE 2011. Gráfico elaborado pelas autoras.

O gráfico acima demonstra que a taxa de evasão do ensino fundamental é menor que no ensino médio. Tal fato decorre, principalmente, pelo trabalho. O ingresso no mercado de trabalho durante a fase escolar gera desgaste e desmotivação. Vale ressaltar que o fato de buscar trabalho nessa idade não perpassa somente por escolhas pessoais, e sim pela necessidade de complementariedade da renda.

O gráfico acima demonstrou que a maior taxa de evasão escolar ocorre no ensino médio, o que contribui para a análise de um gráfico exposto sobre a escolaridade e trabalho. Em que a maior parte dos trabalhadores Prudentinos possui ensino fundamental completo, o que se relaciona com as informações do gráfico de evasão escolar, pois o abandono do ano letivo ocorre justamente nesse período.

As causas da evasão escolar são variadas. Não estão ligadas a questão do trabalho, como exposto acima. Podem estar ligadas a questões culturais, geográficas, sócio econômicas, dentre outras. E requer da escola valer-se de meios e recursos disponíveis para garantir a permanência dos alunos, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente Nº 8069/90, pois ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Prevê ainda, que esgotados todos os recursos da escola, deverá informar o Conselho Tutelar do Município para que tome as medidas cabíveis.

4.4 Renda Per Capita, Gini e Pobreza

De acordo com o DATASUS a média de renda per capita do município é de R\$ 1.067,78. O índice Gini, utilizado para medir a concentração de renda e desigualdade, consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 significa igualdade de renda e 1 desigualdade. Segundo Escóssia (2009, s.p), o Gini é um conceito de desigualdade na qual é utilizado para calcular a distribuição de renda, apontando as diferenças entre pobres e ricos. O Gini mostra que em 1991 o índice era de 0,5628, em 2000 era de 0,5947 e em 2010 de 0,5444. Isso revela que nos últimos dez anos o índice de desigualdade de renda vem diminuindo, o que pode ter por pressuposto a saída de muitas pessoas da chamada pobreza extrema através dos programas de transferência de renda, entre outros.

TABELA 5: Pobreza

Local	% de extremamente pobres	% pobres	% de vulneráveis à pobreza	% de crianças extremamente pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza
Brasil	6.62	15.20	32.56	11.47	26.01	49.41
Presidente Prudente	0.85	3.28	12.62	1.88	7.24	23.65

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano. Tabela elaborada pelas autoras.

Conforme tabela acima, se compararmos a porcentagem dos dados municipais, podemos notar que são inferiores a porcentagem a nível nacional. Um dado importante a ser considerado, é a expressiva porcentagem de crianças vulneráveis à pobreza, assim como de pessoas vulneráveis. Informações estas de extrema relevância para a Política de Assistência Social, principalmente no que tange a ampliação da cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

Outro indicador relevante de acordo com o SAGI, é que o município possui um total de 2.667 de habitantes com renda per capita abaixo de R\$70,00. Dentre estes, 2.596 são da zona urbana e 71 são da zona rural.

Em relação a renda, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2010) a renda per capita da população era de R\$ 1080,22, maior se comparada a nível nacional que representa R\$ 793,87.

4.5 Saúde

Nesse item foi apresentado indicadores sociais correspondentes a Saúde do município no tange a Longevidade, mortalidade, fecundidade e estatísticas vitais. Segue abaixo primeira tabela:

TABELA 6: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,0	73,4	76,5
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	20,6	17,2	12,1
Mortalidade até 5 anos de idade por mil nascidos	23,3	20,0	14,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,0	2,0	1,5

Fonte: Atlas Brasil 2013. Tabela elaborada pelas autoras.

Os dados da tabela acima são dados comparativos. Demonstram que a esperança de vida ao nascer aumentou consideravelmente. Esse dado demonstra que o município possui um bom padrão qualidade de vida e serviços de saúde, como o pré-natal por exemplo. Os dados sobre mortalidade infantil diminuiram significativamente, assim como a taxa de fecundidade diminuiu.

Na próxima tabela, foram expostas mais estatísticas vitais de saúde.

TABELA 7: Estatísticas Vitais

Descrição	%
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos)	6,14
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal	72,63
Partos Cesáreos	80,28
Nascimento de Baixo Peso (menos de 2,5kg)	9,53
Gestação Pré-Termo	10,43

Fonte: Seade 2011. Tabela elaborada pelas autoras.

Podemos identificar que a porcentagem de gravidez na adolescência é expressiva. Esse dado demonstra que Política de Saúde deve estar mais desenvolver mais ações no que tange o planejamento familiar. É importante salientar que uma gravidez não planejada pode contribuir para a evasão escolar na questão do orçamento familiar.

Outro dado passível de análise refere-se a Proteção Social. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social (2011), o número de atendidos na Proteção Social Básica foi de 7.644 pessoas, o número de atendidos na Proteção

Social Especial de Média Complexidade corresponde a 1.856 pessoas e o número de atendidos na Proteção Social de Alta Complexidade corresponde a 450 pessoas. Os dados da Proteção Social Básica é desproporcional se somarmos o número total de atendidos pelos beneficiários dos programas de transferência de renda citados acima.

4.6 Assistência Social

De acordo com estimativas da SAGI, existem 11.763 famílias de baixa renda e 5.929 Famílias pobres. Tendo como mês de referência Agosto de 2013, o total de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - PBF era de 5.879. Isto demonstra que o PBF teve uma cobertura de 99,16% da população pobre, mas que ainda existem famílias não atingidas pelo programa.

É importante que os benefícios da Política de Assistência Social não sejam meramente o valor mensal recebido e sem um devido atendimento e articulação entre as outras políticas. Neste sentido, segue a tabela abaixo de acompanhamento das condicionalidades do PBF:

TABELA 8: Beneficiários

Público acompanhado:	
Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	5.595
Total de beneficiários com perfil educação (16 a 17 anos)	730
Total de famílias com perfil saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	-
Resultados do Acompanhamento	
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	5.341
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	628

Fonte: SAGI. Mês de referência Maio de 2013. Tabela elaborada pelas autoras.

Com os dados acima, é possível notar que a maior parte dos beneficiários com perfil para serem atendidos pela política de educação está sendo atendidos. No entanto, ainda resta um número significativo de beneficiários sem esse acompanhamento, isto é, sem acesso. Quanto aos demais benefícios da Política de Assistência Social, segue a tabela abaixo:

TABELA 9: Demais Benefícios

Descrição do Benefício	Quantidade
Benefício Básico	5.358
Benefícios Variáveis	8.898
Benefício Variável Jovem	878
Benefício Variável Nutriz	101
Benefício Variável Gestante	156
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	2.253

Fonte: SAGI. Mês de referência Agosto de 2013. Tabela elaborada pelas autoras.

Segue a próxima tabela sobre benefícios e a seguir considerações sobre ambas.

TABELA10: Benefícios

Descrição do Benefício	Quantidade
Número de famílias beneficiárias no Programa Renda Cidadã	396
Número de jovens beneficiárias do Programa Ação Jovem	723
Refeições servidas por mês no Restaurante Bom Prato	-
Número de atendidos pelo Programa Vivaleite	2.744

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social 2011. Tabela elaborada pelas autoras.

O valor total dos recursos financeiros pagos dos benefícios acima corresponde a R\$ 853.956,00. Esses benefícios são importantes, pois correspondem a repasse financeiro direto as famílias e retiram estas do índice de extrema pobreza e oferecem uma complementariedade de renda.

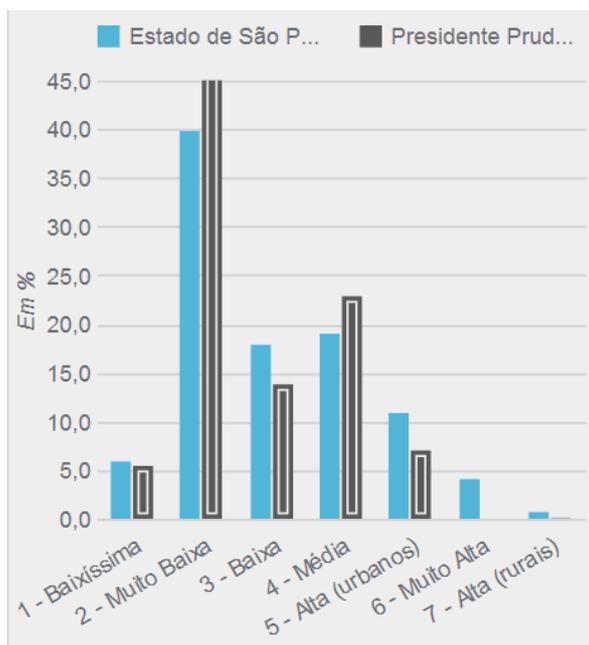
É possível notar que existe um numero expressivo de jovens beneficiários do Programa Ação Jovem, o que corresponde a 723 no total. Trata-se um benefício que objetiva incentivar jovens de 15 a 24 anos a concluírem o ensino fundamental e médio. Esse programa da Política de Assistência Social, contribuiu diretamente para os indicadores elencados acima de escolaridade.

Outro indicador passível de análise é o Programa Vivaleite, que atende 2.744 pessoas. Esse benefício está na Política de Assistência Social, no entanto esta diretamente ligado a Política de Saúde. Segue abaixo o gráfico que demonstra o nível de vulnerabilidade social no município em relação ao nível Estadual.

4.7 Vulnerabilidade Social

Segue abaixo um gráfico sobre o nível de vulnerabilidade social no Município e a seguir um mapa que possibilita a visualização das áreas com maior e menos incidência.

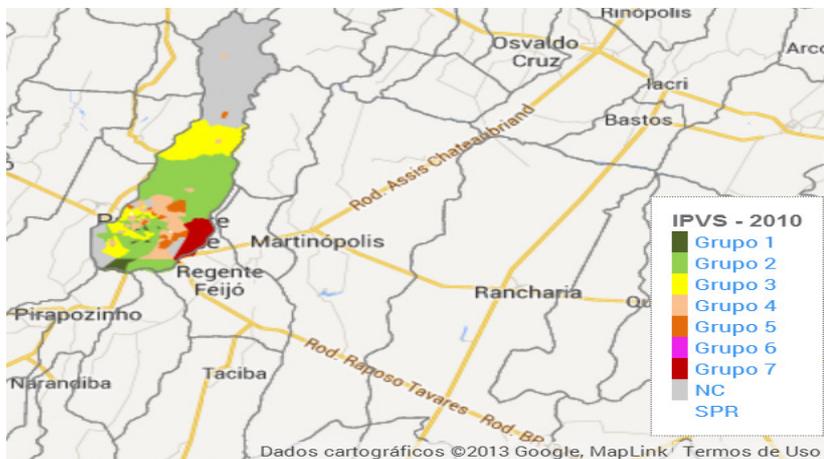
GRÁFICO 9: Nível de Vulnerabilidade Social



Fonte: SEADE 2010.

A vulnerabilidade não está ligada somente à pobreza. Outros fatores como crianças e adolescentes fora da escola, exposição a fatores de risco, desemprego, entre outros, contribuem para a expor a indivíduos as condições que os tornem vulneráveis e aumentam o nível de vulnerabilidade do município. Abaixo segue o mapa de vulnerabilidade, onde será possível identificar através das cores os bairros com o maior índice de vulnerabilidade.

MAPA 2: Mapa De Vulnerabilidade



Fonte: SEADE 2010.

O gráfico acima compara em porcentagem os dados de Presidente Prudente e do Estado de São Paulo. Em consideração ao nível municipal foi possível identificar que o Grupo 1 de baixíssima vulnerabilidade com 5,6% do total estão localizado nos condomínios residenciais da cidade e a idade média dos responsáveis era de 52 anos. Em relação ao grupo 2 de vulnerabilidade muito baixa, esse representa 49,7% do total, isto representa metade da população e a idade média dos responsáveis era de 50 anos.

O grupo 3 de vulnerabilidade baixa representa 14,1% e a idade média dos responsáveis era de 42 anos. O grupo 4 de vulnerabilidade média – setores urbanos corresponde a 23,1% do total e é um número expressivo e a idade média dos responsáveis era de 48 anos. Em relação ao grupo 5 de vulnerabilidade alta – setores urbanos este representa 7,3% do total, o que não é um alto índice, porém requer uma atenção das políticas públicas municipais. Por fim, o grupo 7 de vulnerabilidade alta com 0,2%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste trabalho foi possível compreender a importância dos indicadores sociais para a análise do Município de Presidente Prudente, o que também é imprescindível para a realização do Planejamento Municipal. Os dados demonstram o crescimento populacional desde 1990 até o último censo de 2010. Verificou-se que a maior parte da população possui de 15 a 49 anos, isto é, um público de jovens e adultos. Com análise sobre essa faixa etária, é possível fazer uma prospecção de futuro, em que teremos uma cidade com a maior parte da população idosa, pois a taxa de natalidade também diminuiu. Esses indicadores são importantes para o planejamento e gestão das políticas públicas municipais para o atendimento desse público, que vão demandar serviços de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, dentre outros.

O IDH do município apresenta um crescimento contínuo, o que demonstra uma evolução na qualidade de vida da população. Os dados sobre infraestrutura urbana demonstram uma cobertura quase que total o que contribui para os índices de saúde e qualidade de vida. E os indicadores do PIB também demonstraram alta, sendo a prestação de serviços a atividade predominante da cidade.

Quanto ao trabalho populacional, foi possível notar que a maior parte dos trabalhadores possui apenas o ensino fundamental completo. Em relação a taxa de analfabetismo, essa é mais expressiva na população acima de 70 anos, no entanto os dados demonstram a incidência no público jovem, o que demanda uma ação da política educacional. A evasão escolar também é um dado que chama a atenção, pois verificou-se expressivas taxas no ensino fundamental e médio, com predominância no último.

Em relação a questão da renda, através dos indicadores foi possível identificar que a cidade possui indicadores menores de pobreza se comparado a nível nacional. Os indicadores de pobreza evidenciam uma expressiva porcentagem de crianças vulneráveis à pobreza, assim como de pessoas vulneráveis. Informações estas de extrema relevância para a Política de Assistência Social, principalmente no que tange a ampliação da cobertura dos projetos sociais.

Com os indicadores de saúde foi possível notar que a esperança de vida ao nascer aumentou consideravelmente, o que revela a qualidade de vida e serviços de saúde do município, como o pré-natal por exemplo. Os dados sobre mortalidade infantil diminuíram significativamente, como também a taxa de fecundidade.

Indicadores dos benefícios sociais da Política de Assistência também foram apresentados, benefícios estes de suma importância, pois correspondem a repasse financeiro direto as famílias e tiram estas do índice de extrema pobreza e oferecem uma complementariedade de renda.

Diante da análise realizada com base nos indicadores sociais, escolhidos pelo julgo das autoras como relevantes para a análise da conjuntura municipal de forma quantitativa, foi possível observar que a importância da utilização dos indicadores se dá porque proporcionam a análise e diagnóstico da realidade detalhada e vivenciada por indivíduos e famílias do município, além de ser de fundamental importância para o planejamento municipal.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>>. Acesso 28 Ago de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 12.061, de 2009. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Nº 9394/96. Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ESCÓSSIA, Carlos. **O que é índice de Gini?** 2009. Disponível em : <<http://www.carloscossia.com/2009/06/o-que-e-indice-de-gini.html>> Acesso em: 27/09/2012.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>> Acesso: 29 Ago de 2013.

IFRONTIERA. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-731>>. Acesso: 30 Ago de 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 20/08/2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012. 156 p.

Ministério de Saúde. <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso 29 Ago de 2013

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso 28 Ago de 2013.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index_all_drop_down.php?p_id=415&p_feramentas=1&p_sem_legenda=1. Acesso: 29 Ago de 2013.

TERRA. **Cidade de São Paulo tem o 14º melhor IDHM do Estado, veja ranking em SP**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/cidade-de-sao-paulo-tem-o-14-melhor-idhm-do-estado-veja-ranking-em-sp,1e3c16ce44c20410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso 29 Ago de 2013

Secretaria de Desenvolvimento Social. <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/estrutura/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao>>. Acesso 29 Ago de 2013